

**INTERVENÇÃO NA CERIMÓNIA DE ABERTURA DA
7ª CONFERÊNCIA DO FORGES - MAPUTO
EUGÉNIO ALVES DA SILVA**

Ex.^{ma} Senhora Presidente do FORGES; Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional; Magníficos Reitores e Digníssimos Gestores de IES; Dignas entidades governamentais; Estimados Convidados; Caras e caros colegas; Minhas Senhoras e meus Senhores.

Começo por saudar os presentes nesta 7ª Conferência do FORGES, que se realiza desta vez em Moçambique. As conferências já se vão tornando uma tradição, que permite que os gestores das IES dos vários países desta rede se possam encontrar, debater questões que os preocupam, actualizar contactos e projectos, trocar abraços e matar saudades. Além disso, que possa manter acesa a chama do diálogo entre nós, acerca da gestão do ensino superior nos nossos países.

Quero transmitir também os cumprimentos da Senhora Ministra do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, Professora Doutora Maria do Rosário Bragança Sambo que, por razões de agenda, não pode estar presente. A Senhora ministra reitera o reconhecimento da importância do FORGES para o reforço das relações interinstitucionais no espaço dos países de regiões de língua portuguesa.

No actual contexto de crise financeira que vai afectando a vida e o desenvolvimento nos nossos países e tem condicionado a nossa capacidade de viabilizarmos programas e projectos, a realização desta conferência é uma nota positiva e um indicador promissor de que, apesar de tudo, vamos caminhando segundo o rumo estabelecido nas estratégias de desenvolvimento nacional que consubstanciam as nossas políticas de desenvolvimento.

Apesar das especificidades das nossas IES, inerentes às características dos contextos locais onde se inserem e operam, é notório que existem preocupações e situações similares e que marcam a agenda de desenvolvimento dos nossos subsistemas de ensino superior. Refiro-me, por exemplo, à agenda da qualidade, que continua sendo um desafio com o qual nos confrontamos no sentido de dignificar as IES e credibilizar o ensino superior. Ela tem implicações em todos os recursos que para isso concorrem: humanos, materiais, organizativos e financeiros.

Temos consciência de que se registam níveis diferenciados de concretização nesta matéria, com destaque para os avanços conseguidos em Portugal e no Brasil, onde as IES possuem sistemas relativamente consolidados de avaliação e garantia de qualidade e o ensino superior pode contar com agências vocacionadas e mandatadas para este efeito, o que pode constituir uma fonte de inspiração para a adopção da avaliação institucional, em países como Angola,

onde este assunto emergiu recentemente como matéria estruturante para a consolidação do subsistema do ensino superior e, em particular, para a gestão das IES.

O desafio, para Angola, é tanto maior quanto mais necessário se torna ajustar os padrões e critérios de avaliação aos referenciais internacionais (como os da SADC, por exemplo) para que a avaliação não se limite a revelar o que valemos apenas a partir dos limites das nossas condições ou dos nossos interesses. E avaliar com critério torna-se cada vez mais um imperativo para a melhoria do subsistema de ensino superior angolano em relação ao qual o nosso Presidente da República orientou que, “nos próximos anos (e será dentro desta legislatura) o país deverá poder contar com duas universidades no ranking das 100 melhores universidades africanas”.

Outro assunto sobre o qual recairão os debates nesta conferência relaciona-se com a empregabilidade dos diplomados. Efectivamente, dadas as dificuldades de absorção dos diplomados pelos mercados de trabalho dos nossos países, alguns dos quais em retracção devido à crise económica e financeira, é importante perspectivar em que medida as IES podem induzir ou incrementar a empregabilidade dos diplomados, pois não basta ter apenas um observatório da empregabilidade para conhecer as características dos processos de inserção profissional pós-formação. Isto remete para a preocupação central de ajustar a oferta formativa, em termos de pertinência, relevância e qualidade, àquilo que são as demandas sociais. Embora não sejam agências de emprego, mas porque, actualmente, as nossas IES se têm sujeitado às lógicas do mercado, mal seria se, entretanto, nada fizessem para ajudar os seus diplomados a inserirem-se na vida activa.

Estas questões são apenas o exemplo dos vários aspectos que constituem o rol de preocupações a inscrever nos planos de desenvolvimento institucional nos nossos países, onde têm prioridade a gestão eficiente das IES, a qualificação e valorização do corpo docente, a relação da investigação com os problemas do desenvolvimento, a expansão da rede de IES (públicas e privadas) no contexto das estratégias de formação de quadros para as áreas prioritárias da economia, o financiamento, a selecção no acesso dos alunos ao ensino superior, a melhoria da infraestrutura necessária ao ensino e à investigação, a harmonização dos planos curriculares sob consideração dos referentes nacionais e internacionais, de tal forma que, a jusante, os diplomados possam ser a expressão mais concreta da qualidade institucional das nossas IES.

Aqui residem, de modo mais significativo para alguns contextos, os desafios com que o nosso ensino superior se vem confrontando o que nos obriga a adoptar uma atitude mais pró-activa no sentido de conceber medidas para os resolver. Aliás, esse é o papel da gestão, enquanto processo sistemático de influência sobre o desempenho das IES.

A gestão das IES é uma condição essencial para que elas sejam eficientes no que se refere ao cumprimento da sua tríplice missão e, em particular, para que adquiram relevância social, traduzida na capacidade de formar os profissionais de que a sociedade necessita, ou seja, com o perfil requerido pelo mercado de trabalho. Certamente que isso pressupõe o respeito às políticas educativas e a capacidade de, mediante estratégias adequadas, convertê-las em acções cujos resultados credibilizem o ensino superior.

Por outro lado, e porque muitos dos desafios são comuns, o que implica a possibilidade de construir parcerias para uma acção conjugada, orientada por padrões e critérios semelhantes, justifica-se enveredar pela cooperação interinstitucional, em especial a cooperação sul-sul pois, só agindo em consonância de interesses, numa base sinérgica e valorizando as boas práticas entre nós, poderemos superá-los.

Por isso, vale a pena reflectirmos em torno desta grande questão que constitui, afinal, o âmago da nossa energia, do nosso saber e da nossa acção: qual é o papel das IES nas nossas sociedades e como torná-las entidades relevantes e respeitadas. Creio que este deve ser o mote para a gestão das nossas IES. Certamente que a qualidade do desempenho das nossas IES, objectivo último da nossa acção, muito dependerá da natureza da gestão institucional, no âmbito da qual importa salvaguardar, entre outros aspectos, a partilha das boas práticas e, para alguns casos, o equilíbrio entre o papel regulador da tutela e a autonomia estatutária das IES.

Muito temos a partilhar e a aprender em matéria de gestão, no pressuposto de que esta é um elemento-chave no processo de desenvolvimento institucional, de consolidação de uma cultura académica do mérito e de geração de IES fortes e actuates. Assim, um dos grandes desafios com que gestão em Angola se confronta neste domínio é o de melhorar os processos de gestão a todos os níveis para que se possa alcançar, a breve trecho, a eficiência e a qualidade institucionais e a concomitante relevância social do ensino superior e das IES.

Quero, por último, reiterar a intenção da Senhora Ministra em encetar ou reforçar a cooperação com os governos deste espaço de língua e cultura, e entre as IES com interesses comuns e a vontade de partilhar projectos, em prol do desenvolvimento do ensino superior em Angola e no espaço abrangido pelo FORGES, de forma a fazer jus à natureza colaborativa deste fórum.

Obrigado pela atenção.

Maputo, 29 de Novembro de 2017